



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

MARYANA DE SOUZA SALES

**REVOLTA DA VACINA: VOLTAMOS NO TEMPO? FATORES
RELACIONADOS À BAIXA ADEÇÃO DA POPULAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE
VACINAÇÃO**

ICÓ - CE

2024

MARYANA DE SOUZA SALES

**REVOLTA DA VACINA: VOLTAMOS NO TEMPO? FATORES
RELACIONADOS À BAIXA ADESÃO DA POPULAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE
VACINAÇÃO**

Monografia submetida à Coordenação do curso de bacharelado em enfermagem do Centro Universitário Vale do Salgado, como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em enfermagem.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Xavier
Silva

MARYANA DE SOUZA SALES

**REVOLTA DA VACINA: VOLTAMOS NO TEMPO? FATORES RELACIONADOS
À BAIXA ADESÃO DA POPULAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE VACINAÇÃO**

Monografia submetida à Coordenação do curso de bacharelado em enfermagem do Curso Bacharelado em enfermagem do Centro Universitário Vale do Salgado, como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em enfermagem.

Aprovado em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Paulo Xavier Silva

Orientador

Prof. Dr. José Geraldo de Alencar Santos Junior

1ª Examinador

Prof. Ma. Francisca Juliana Grangeiro Martins

2ª Examinadora

Dedico este trabalho à minha mãe (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre me dar força, coragem e fé para enfrentar esse processo da graduação.

Sou extremamente grata a minha mãe Ana, que sempre me deu forças e incentivos para seguir meus sonhos. Infelizmente foi vítima de um infarto em dezembro de 2022 e hoje não se faz aqui presente para contemplar a minha conquista.

Ao meu pai Márcio, por nunca medir esforços e recursos para as realizações dos meus desejos. O que hoje sou e serei no futuro devo a ele. Te amo, pai.

A minha tia Luiza e minha avô Elieusa por toda a ajuda durante esse percurso.

Aos meus amigos por todo o apoio de sempre. Obrigada por acreditarem em mim quando eu mesma duvidei.

As minhas amigas de turma Joyce, Sibelly e Ana Larissa, por sempre me apoiarem e me mostrarem o melhor de mim. Foi uma honra dividir esse percurso com vocês.

Gratidão ao meu orientador, João Paulo Xavier Silva, por todas as instruções e paciência comigo. Sem o senhor, nada disso seria possível. O senhor é um exemplo de profissional.

A minha banda examinadora, José Geraldo de Alencar Santos Junior e Francisca Juliana Grangeiro Martins, por se fazerem presentes neste momento e por todas as contribuições na minha jornada acadêmica.

E disse-me mais: Está cumprido. Eu sou o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim. A quem quer que tiver sede, de graça lhe darei da fonte da água da vida.

Apocalipse 21:6

RESUMO

SALES, Maryana de Souza. **REVOLTA DA VACINA: VOLTAMOS NO TEMPO? FATORES RELACIONADOS À BAIXA ADESÃO DA POPULAÇÃO ÀS PRÁTICAS DE VACINAÇÃO.** Revisão integrativa da literatura, 2024, 41f. Monografia (Graduação em enfermagem) – Centro Universitário Vale do Salgado, Icó – CE, 2024.

A vacinação se trata de um processo essencial para prevenir doenças, a partir de agentes patógenos com partes enfraquecidas ou inativas o sistema imunológico é estimulado a criar defesas. No Brasil, o SUS oferta a vacinação de forma gratuita através da Estratégia Saúde da Família. Porém, durante a pandemia da COVID-19, a disseminação de *fake news* alastrou-se trazendo consigo prejuízos na cobertura vacinal. Contudo por conta de um movimento denominado “infodemias”, onde nele ocorre um excesso de informações falsas sobre um assunto, houve-se uma queda da cobertura vacinal. O objetivo do trabalho trata-se de identificar na literatura científica os fatores relacionados à baixa adesão da população às práticas de vacinação. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa, desenvolvida durante o período de agosto à setembro de 2023 na base de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) a partir dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): Vacina, cobertura vacinal e desinformação. Aplicou-se o operador booleano AND para a busca cruzada entre os descritores. Os critérios de inclusão baseiam-se em: Textos completos, publicados na língua portuguesa, durante o período de 2019 à 2023. Como critérios de exclusão foram utilizados: Estudos de revisão e artigos que não se relacionavam com a temática. Na primeira busca obteve-se um total de 3028 artigos, mas após aplicação dos filtros sobrou-se 63, após leitura e aplicação dos critérios de inclusão restaram-se um total de 10 artigos que compuseram o estudo. Constatou-se que a vacinação é crucial para a prevenção de doenças. Porém, a crescente onda de *fake news* acarretou na queda da cobertura vacinal, trazendo consigo o ressurgimento de doenças já erradicadas. Além disso, o ex-presidente Jair Bolsonaro contribuiu diretamente para a propagação de *fake news* durante seu mandato, pois a partir de seus discursos antivacinas houve-se uma desestimulação referente a vacinação da COVID-19. Ademais, foi possível identificar que o enfermeiro possui do protagonismo para a execução do Programa Nacional de Imunização na Atenção Primária a Saúde. Porém, ainda enfrenta desafios para sua consolidação, como as *fake news*, o negacionismo científico e a influência político partidária.

Palavras-chave: Vacina; Cobertura Vacinal; Desinformação.

ABSTRACT

SALES, Maryana de Souza. **Vaccine Revolt: Have we gone back in time? Factors related to the population's low adherence to vaccination practices:** Integrative literature review, 2024, 41f. Monograph (Nursing Graduate) – Vale do Salgado University Center, Icó- CE, 2024.

Vaccination is an essential process for preventing diseases. By using weakened or inactivated pathogens, the immune system is stimulated to create defenses. In Brazil, the SUS offers free vaccination through the Family Health Strategy. However, during the COVID-19 pandemic, the spread of fake news caused harm to vaccination coverage. Due to a movement known as "infodemics," where an excess of false information about a subject spreads, vaccination coverage declined. The objective of this study is to identify the factors related to the population's low adherence to vaccination practices in scientific literature. This is an integrative literature review with a qualitative approach, developed from August to September 2023 in the Virtual Health Library (VHL) database using Health Sciences Descriptors (DeCS): Vaccine, vaccination coverage, and misinformation. The boolean operator AND was used for cross-referencing the descriptors. Inclusion criteria were: full texts, published in Portuguese, from 2019 to 2023. Exclusion criteria included review studies and articles not related to the topic. The initial search resulted in 3028 articles, but after applying filters, 63 remained. After reading and applying the inclusion criteria, a total of 10 articles composed the study. It was found that vaccination is crucial for disease prevention. However, the growing wave of fake news led to a decline in vaccination coverage, resulting in the resurgence of eradicated diseases. Furthermore, former President Jair Bolsonaro directly contributed to the spread of fake news during his term. His anti-vaccine speeches led to a decrease in COVID-19 vaccination uptake. Additionally, it was identified that nurses play a key role in implementing the National Immunization Program in Primary Health Care. However, they still face challenges for its consolidation, such as fake news, scientific denialism, and political party influence.

Keywords: Vaccine; Vaccination Coverage; Misinformation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Calendário vacinal da criança	10
QUADRO 2	Calendário vacinal da criança e do adolescente	11
QUADRO 3	Calendário vacinal do adulto e idoso	11
QUADRO 4	Calendário vacinal da gestante	12
QUADRO 5	Étapas para a elaboração de uma RIL	14
QUADRO 6	Variáveis bibliométricas dos estudos incluídos para análise	24

LISTA DE SIGLAS E/OU ABREVIATURAS

APS	Atenção Primária a Saúde
BVS	Biblioteca Virtual de Saúde
DeCS	Descritores em Ciência da Saúde
ESF	Estratégia Saúde da Família
IOC	Instituto Oswaldo Cruz
PNI	Programa Nacional de Imunização
RIL	Revisão Integrativa da Literatura
SUS	Sistema Único de Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
UNIVS	Centro Universitário Vale do Salgado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	14
3	REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA	15
3.1	CINCO DÉCADAS DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO: AVANÇOS E O POSSÍVEL RETROCESSO	15
4	METODOLOGIA	20
4.1	TIPO DE ESTUDO	20
4.2	FORMULAÇÃO DA QUESTÃO NORTEADORA	21
4.3	PERÍODO DE COLETA	21
4.4	BASE DE DADOS PARA A BUSCA	21
4.5	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DA AMOSTRA	22
4.6	PROCEDIMENTO E INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS	23
4.7	ANÁLISE, ORGANIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	23
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS		
ANEXOS		40
ANEXO A – INSTRUMENTO ELABORADO POR URSI		41

1 INTRODUÇÃO

A vacinação caracteriza-se como um processo de inserção de um imunobiológico no organismo com partes enfraquecidas ou inativas de um determinado agente patógeno. Visa incentivar o sistema imunológico a criar defesas contra esses agentes patógenos que podem ser danosos ao organismo (PINTO *et al.*, 2020).

No Brasil, a vacinação é oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na área da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Apresenta-se como um dos principais meios para a proteção contra doenças imunopreveníveis, mostrando resultados satisfatórios a respeito de sua eficácia, custo e segurança (PINTO *et al.*, 2020).

Pode-se considerar que a vacinação é um dos mais importantes programas de saúde pública, pois reduz consideravelmente o acometimento da população com doenças graves. A exemplo, a poliomielite, que teve seu último caso registrado em 1990, e que hoje em dia é erradicada no país (RAMOS, 2022).

É importante ressaltar que antes da criação do Programa Nacional de Imunização (PNI), haviam-se programas de imunização que possuíam um caráter mais pontual, não possuindo coordenação do governo nacional, estado ou município (SOUSA *et al.*, 2021).

A partir disso, no ano de 1973, foi criado o Programa Nacional de Imunização (PNI). Visando diminuir as mortes por doenças imunopreveníveis. A PNI é voltada para a supervisão, normatização e implantação de imunobiológicos no país, sendo a ESF porta de entrada para esse sistema (PINTO *et al.*, 2021).

Ao que se diz respeito aos profissionais envolvidos, os enfermeiros e técnicos de enfermagem assumem o protagonismo. Isso porque possuem o conhecimento e habilidades necessárias para a realização da técnica, sendo responsáveis tanto pelas técnicas, quanto pela administração que são realizadas na sala de vacina (SILVA *et al.*, 2019).

Isso acontece prioritariamente na ESF, que é o espaço destinado para o acompanhamento de pessoas em todas as etapas do seu ciclo de vida. Lá acontecem administrações de vacinas desde o nascimento da criança até sua velhice. O enfermeiro da ESF possui por responsabilidade comunicar aos pacientes, pais e responsáveis os benefícios e efeitos adversos que a determinada vacina pode causar, trazendo-os informações precisas e de qualidade. Deve também prestar assistência ao usuário do serviço, fazendo acompanhamento das doses já administradas e informa-se sobre seus efeitos adversos (SILVA *et al.*, 2019).

No contexto da pandemia da COVID-19, a partir de 2020, com a existência repentina de uma doença ainda desconhecida para a população e órgãos de pesquisa, foi desenvolvida uma vacina específica para a doença. Trazendo com ela muitos preconceitos a respeito de sua origem de fabricação e dúvidas sobre sua eficácia, colocando em prova sua legitimidade. Grande parte dessas dúvidas baseiam-se nas infodemias, que se caracterizam como um excesso de informações falsas ou fantasiosas, que dificultam descobrir fontes e orientações verdadeiras a respeito da doença (SILVA *et al.*, 2023) (FREIRE, *et al.*, 2021).

Como consequência desse movimento das infodemias, a cobertura vacinal caiu consideravelmente em diversos países. Isso por conta das informações inverídicas acerca da vacina, pelo medo e pela baixa procura pelo serviço. Trazendo consigo uma exposição maior da população a fatores de risco e causando atrasos e prejuízos na execução de ações e respostas positivas a respeito da pandemia da COVID-19 (HARAKI, 2021).

Um exemplo de patologia relacionado a queda vacinal, refere-se ao sarampo. Que com a pandemia ocorreu uma queda de sua imunização. Dados mostram que em agosto de 2020, o Brasil já havia registrado cerca de 7 mil casos confirmados da doença, que em comparação ao mesmo mês do ano anterior, houve um aumento de 27% (SATO, 2020).

Desse modo, o estudo baseia-se na seguinte pergunta norteadora: Quais os fatores relacionados à baixa adesão da população às práticas de vacinação?

A motivação para definição temática da presente pesquisa surgiu a partir da observância da pesquisadora de notícias veiculadas na mídia relacionadas à resistência da população no que se refere à vacinação, o que pode ter como consequência a redução da cobertura vacinal. Além disso, justifica-se a sua realização pelo interesse da pesquisadora em aprofundar suas leituras sobre o tema e desenvolver-se profissionalmente na área de saúde pública sobre as práticas de vacinação.

Essa pesquisa tem relevância multidimensional, ou seja, reverbera nos âmbitos social, profissional e acadêmico. Na comunidade acadêmica, por dizer respeito a uma discussão científica acerca da não adesão à vacinação, bem como na investigação acerca da temática. No âmbito social, por ser uma problemática que envolve a população que utiliza o serviço de vacinação, buscando uma conscientização da população sobre vacinação. E no campo profissional da enfermagem, por considerar ser essa a profissão que está à frente na condução do processo de vacinação.

2 OBJETIVO

Identificar na literatura científica os fatores relacionados à baixa adesão da população às práticas de vacinação.

3 REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

3.1 CINCO DÉCADAS DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO: AVANÇOS E O POSSÍVEL RETROCESSO

Inicialmente no Brasil, no período de 1897 a 1940, tinha-se o modelo de cuidado do tipo sanitarismo companhista. Onde buscava-se assegurar condições de saúde para os empregados que trabalhavam nas produções e exportações. Esse modelo tinha como objetivo prevenir as endemias por meio da higiene e campanhas de vacinação (JUNIOR *et al.*, 2006).

Posteriormente, houve uma relação histórica com a produção de vacinas desde a primeira república, quando o médico Oswaldo Cruz foi nomeado diretor geral de saúde em 1903, e trouxe consigo conhecimentos sobre imunobiológicos tornando a vacina uma lei e causando uma revolta na população (NEUFELD, 2021).

Esse momento histórico é conhecido como “Revolta da Vacina”. Quando, Oswaldo Cruz, por meio da imposição vacinal buscava atingir um maior número de pessoas em todas as fchas etárias, visando uma imunização mais rápida dessa população contra a varíola. Porém, relata-se uma resistência da sociedade quanto a essa imposição, que é justificada pela falta de conhecimentos e informações da população leiga que não era sensibilizada quanto a sua finalidade (NEUFELD, 2021).

Sequencialmente, esse fato é o primeiro momento de uma sucessão de bons exemplos, onde o Brasil avança em diversas áreas como a modificação urbana, higienização da cidade, direitos aos cidadãos quanto a obrigatoriedade da vacinação e com o Instituto Oswaldo Cruz (IOC) mudando a maneira de como a ciência era feita no país. Trazendo descobertas e desenvolvimentos científicos e realizando a produção de vacinas e medicamentos para diversas doenças que acometem a população brasileira (NOGUEIRA *et al.*, 2021).

O Brasil, dentre os diversos países no mundo, é reconhecido internacionalmente por ter uma ampla cobertura vacinal disponibilizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS disponibiliza 19 vacinas para cerca de 20 doenças e para diversas faixas etárias a partir do Calendário Nacional de Vacinação (DOMINGUES *et al.*, 2019).

Pesquisas apontam que o Brasil tem um histórico bem-sucedido em políticas públicas de vacinação, ocupando um lugar privilegiado, pois possui um grande investimento na área de imunização. Um exemplo disso, trata-se da vacinação contra o

HPV (papilomavírus humano) que em países como a Irlanda e Suíça, em 2019, não tinham atingido a cobertura vacinal ideal, enquanto o Brasil já apresentava 80% de sua população já vacinada (BRASIL, 2021).

Pode-se dizer que a institucionalização da política de vacina no Brasil se deu pelo Programa Nacional de Vacinação (PNI), consolidando a vacinação como principal intervenção de saúde pública para o país. O PNI, criado no ano de 1973, trata-se de uma decisiva política para o controle de doenças imunopreveníveis no país. Trazendo melhorias para a população, como: redução da morbimortalidade infantil, melhoria na expectativa de vida, eliminação da varíola, poliomielite e febre amarela e redução da ocorrência de pneumonia, difteria, meningite, tétano (DOMINGUES *et al.*, 2020).

No PNI são apresentados os princípios da universalidade por disponibilizar vacinas para todos os grupos etários nas mais de 36 mil salas de vacinas pelo país, o princípio da equidade pelo aumento da oferta vacinal contemplando toda a população em si, e o princípio da descentralização por requerer um debate contínuo sobre normas, metas e resultados. Esses princípios buscam diminuir as desigualdades locais e sociais ainda existentes no país e ajudam a população a terem um acesso mais eficaz a vacinação (DOMINGUES *et al.*, 2020).

O PNI é caracterizado como um dos maiores programas de vacinação no mundo, sendo reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Tem por objetivo prover uma melhor qualidade de vida para a população por meio das vacinas de qualidade, tentando alcançar um número elevado de imunizações em todo território nacional. Ele é responsável pela determinação do calendário vacinal e a obtenção e oferta das vacinas para os municípios. Os profissionais inseridos na execução desse programa são os enfermeiros e técnicos de enfermagem (BRASIL, 2023).

Desse modo, atualmente, são disponibilizados para a Estratégia Saúde da Família (ESF) vacinas para diversas faixas do ciclo vital, dentre elas:

QUADRO 1 - Calendário vacinal da criança.

Ao nascer	BCG, hepatite B
2 meses	Pentavalente, VIP, VORH, pneumocócica
3 meses	Meningocócica C
4 meses	Pentavalente, VIP, VORH, pneumocócica

5 meses	Meningocócica C
6 meses	Pentavalente, VIP
9 meses	Febre amarela
12 meses	SRC, pneumocócica, meningocócica C
15 meses	VOP, DTP, SCRIV
4 anos	DTP, VOP, varicela, febre amarela

Fonte: Ministério da saúde, 2022.

Em especial para as crianças por apresentaram um maior número de acometimento dos casos. Ao longo dos anos, estudos apontam que a vacina contra a rubéola, doença viral altamente contagiosa, possibilitou uma proteção maior tanto para esse grupo quanto para a população em si, tendo seu último caso registrado no país em 2008 (NOGUEIRA *et al.*, 2022).

QUADRO 2 - Calendário vacinal da criança e do adolescente.

9 a 14 anos	HPV
11 a 14 anos	Meningocócica ACWY

Fonte: Ministério da saúde, 2022.

Desde o período de 2010, quando houve a implantação da Meningocócica C no calendário vacinal, já relata-se uma diminuição considerável dos casos nas crianças e adolescentes. Porém, em 2017, quando o PNI estabeleceu a vacina Meningocócica ACWY no calendário vacinal, mostraram-se resultados mais eficazes quanto a imunização desses jovens (SILVEIRA; NÓBREGA, 2022).

QUADRO 3 - Calendário vacinal do adulto e idoso.

20 à 59 anos	Hepatite B recombinante, dT, febre amarela (atenuada), SRC
--------------	------------------------------------------------------------

Fonte: Ministério da saúde, 2022.

Previamente desde a época do seu último surto no Brasil, em 2017, constatou-se a necessidade de um aprimoramento contra a vacina da febre amarela. Estudo e testes foram sendo realizados mostrando a necessidade de uma dose de manutenção na vida adulta do indivíduo, visando apresentar uma imunidade mais duradoura e resultados mais eficazes para com a imunização (PETRAGLIA *et al.*, 2020).

QUADRO 4 - Calendário vacinal da gestante.

Gestante	dT, dTpa, hepatite B
----------	----------------------

Fonte: Ministério da saúde, 2022.

Para as gestantes, as vacinas são um dos métodos de maior eficácia para a prevenção contra os agente infecciosos. Elas visam prover uma proteção maior contra as complicações e patologias para a mãe e fornecer anticorpos para o bebê. A exemplo, a vacina contra a hepatite B, que irá prevenir o bebê de diversas patologias como, cirrose crônica ou complicações neoplásicas caso haja algum tipo de transmissão da mãe para o bebê (LOUZEIRO *et al.*, 2014).

Todavia, apesar do SUS disponibilizar essa gama de vacinas, ao longo dos últimos anos o retorno de um movimento reacionário que questiona fundamentos teóricos e dados científicos sobre a ciência conhecidos como Negacionismo Científico vem sendo trazido à tona novamente. O negacionismo científico, baseia-se na ação de negação ou de não reconhecimento quanto a fatos já comprovados cientificamente e, tem por objetivo fugir dessa verdade incômoda ou inconveniente para os negacionistas (VILELA; SELLES, 2020).

Os movimentos negacionistas surgiram na Europa logo após o fim da II Guerra Mundial, questionando-se a respeito da existência do holocausto. Esses movimentos foram ganhando uma maior visibilidade mundial baseando-se no conservadorismo de ultradireita. A partir disso, iniciou-se diversos outros questionamentos a respeito de diferentes assunto, como por exemplo, a veracidade das vacinas (CARUSO; MARQUES, 2021).

Esse processo é replicado no Brasil, tendo uma intensificação da recusa vacinal ao longo da pandemia. Grande parte dessa rejeição quanto a vacinação contra a COVID-19 parte de um discurso institucionalizado presidencial que questiona sua eficácia. Diante disso, esse processo legitimou diversos brasileiros a duvidarem sobre a importância da vacina (MARQUES; RAIMUNDO, 2021).

Pode-se citar como exemplo a declaração do presidente na época da pandemia, Jair Bolsonaro, a respeito da realização do tratamento da COVID-19 a partir do uso de hidroxicloroquina. Sua declaração, sem nenhum tipo de comprovação científica, tem por estratégia convencer a população de que essa doença tem um tratamento eficaz. E a população que estava defendendo o isolamento social estariam lhe impedindo de realizar seu governo (VILELA; SELLES, 2020).

Nesse contexto, pode-se refletir sobre a influência político partidária no campo da saúde pública. Pois, a partir de uma declaração presidencial sem base comprovada, houve-se um olhar simplista da ciência por parte populacional, fazendo com que o processo científico realizado anteriormente fosse menosprezado (VILELA; SELLES, 2020).

É assim que se torna necessário pensar em uma sociedade na qual a população tenha consciência sanitária e crítica para acessar informações fidedignas sobre saúde e vacinação, pois a competência e assenso em relação a isso ainda é questionável por parte da população. Uma amostra relacionado a esses questionamentos associa-se a fake news, onde uma vez que propagadas pelas redes sociais e canais de comunicação criam uma desinformação com o público (PINTO *et al.*, 2021).

O termo *Fake News* tem por objetivo induzir a opinião e as compreensões do indivíduo em relação a determinado assunto verídico presente na rotina da população. Isso influencia na conduta da pessoas, fazendo com que a ela tenha uma conduta falsa, resultando em consequências negativas para o meio. A cultura de informações falsas na saúde, por motivos relacionados a falta de confiança com as autoridades sanitárias e informações que chegam ao público, resultam-se em informações que englobam uma fração de mentiras e calúnias dispostas a sociedade (HENRIQUES, 2018).

A partir disso, se vê a necessidade da participação popular na formulação das políticas públicas. O princípio denominado Participação Social no SUS, garantido na Lei 8142/90, garante que a sociedade participe dos processos decisórios no SUS, e assim pode-se considerar um espaço de articulação e pensamento político para superar ideologismos (ROCHA *et al.*, 2013).

Em linhas de conclusão, é importante retomar os ideias sanitários da reforma sanitária brasileira e parar para pensar na vacinação não como uma obrigação, que pode gerar desconforto social, mas como um direito conquistado (PAIM, 2008).

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo bibliográfico baseia-se no tipo Revisão Integrativa da Literatura (RIL).

Os estudos bibliográficos baseiam-se no ponto inicial do trabalho científico. Possibilitando ao pesquisador uma vasta fonte de pesquisa teórica e metodológica através de publicações em livros, artigos, teses e outros. Além disso, é preciso a execução de alguns passos para a elaboração do estudo, sendo eles: escolha do tema, levantamento do material bibliográfico, elaboração do problema da pesquisa, coleta e análise de dados e, considerações finais acerca do tema (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A RIL, tem como objetivo alcançar a compreensão de um determinado assunto baseando-se em estudos já realizados anteriormente. Permite o resumo e possibilita conclusões de estudos já publicados. Abrange uma construção de uma extensa análise da literatura (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Para a construção de uma RIL faz-se necessário caminhar por seis etapas distintas, sendo elas:

QUADRO 05 - Etapas para a elaboração de uma RIL.

ETAPA	DEFINIÇÃO	MÉTODO A SE PROCEDER
1º	Etapa norteadora	- Escolha e definição do tema; - Objetivos; - Estabelecer questão de pesquisa;
2º	Busca na literatura	- Abranger o estudo a ser analisado;
3º	Categorização dos estudos	-Definição das informações retiradas dos estudos encontrados;
4º	Avaliação dos estudos	- Escolha ou exclusão dos estudos;

5º	Interpretação dos resultados	- Discussão dos resultados; - Propostas de recomendações;
6º	Síntese do conhecimento ou apresentação da revisão	- Resumo das evidências disponíveis; - Criação de um documento que descreva a revisão;

Fonte: Mendes, Silveira e Galvão, 2008.

4.2 FORMULAÇÃO DA QUESTÃO NORTEADORA

A formulação da questão norteadora corresponde a primeira etapa da elaboração do RIL. Trata-se da fase de maior relevância, pois, determinará quais estudos deverão ser incluídos na pesquisa, a definição dos participantes, as intervenções a serem consideradas e os resultados a serem avaliados (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

De acordo com o Manual de Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa (2014), será empregada para a questão norteadora a estratégia PICO, que direciona-se para pesquisas não-clínicas. Sendo o acrônimo deliberado pelas letra da sigla: P - População; I - Interesse; Co – Contexto. Sendo esse método aplicado para uma melhor formulação da pergunta norteadora da pesquisa.

Sobre o presente estudo, define-se como População: Brasileiros; como Interesse: Vacinação; Contexto: Baixa adesão a vacinação. Dessa forma intenciona-se a seguinte questão norteadora: Quais os fatores relacionados à baixa adesão da população às práticas de vacinação?

4.3 PERÍODO DE COLETA

A busca por estudos nas bases de dados aconteceu entre os meses de agosto a setembro de 2023, após a apresentação e qualificação deste projeto de pesquisa juntamente a banca examinadora do curso de Enfermagem do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS).

4.4 BASES DE DADOS PARA A BUSCA

A pesquisa por estudos aconteceu a partir da busca nas bases de dados organizadas na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), em bases a serem posteriormente selecionadas, utilizando-se os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): Vacina, cobertura vacinal e desinformação. Empregando-se o operador booleano *AND* para a realização de uma busca cruzada entre os descritores encontrados.

4.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DA AMOSTRA

Para a elaboração deste estudo, ocorreu a separação de artigos seguindo os critérios de inclusão e exclusão do material.

Para garantir uma maior confiabilidade e qualidade da pesquisa, faz-se necessário conduzir uma linha de busca fundamentos e transparente adotando os critérios de inclusão e exclusão do material, para assim atingir uma maior legalidade da pesquisa. A ausência da utilização desses critérios pode resultar em um maior risco de legitimidade do estudo (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

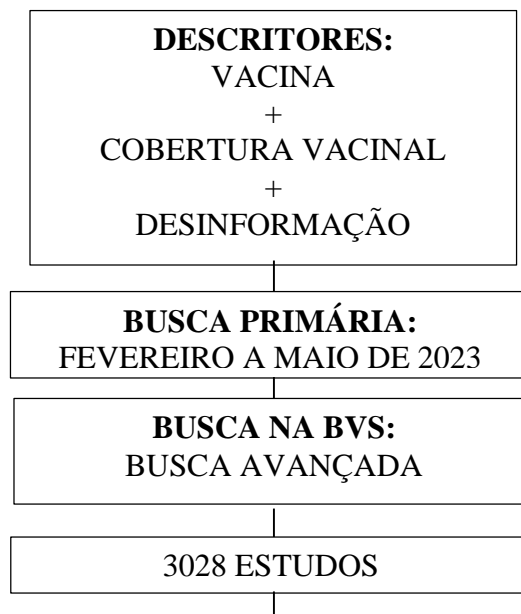
Os critérios de inclusão baseiam-se: Texto completo, publicados na língua portuguesa, no de publicação 2019 a 2023.

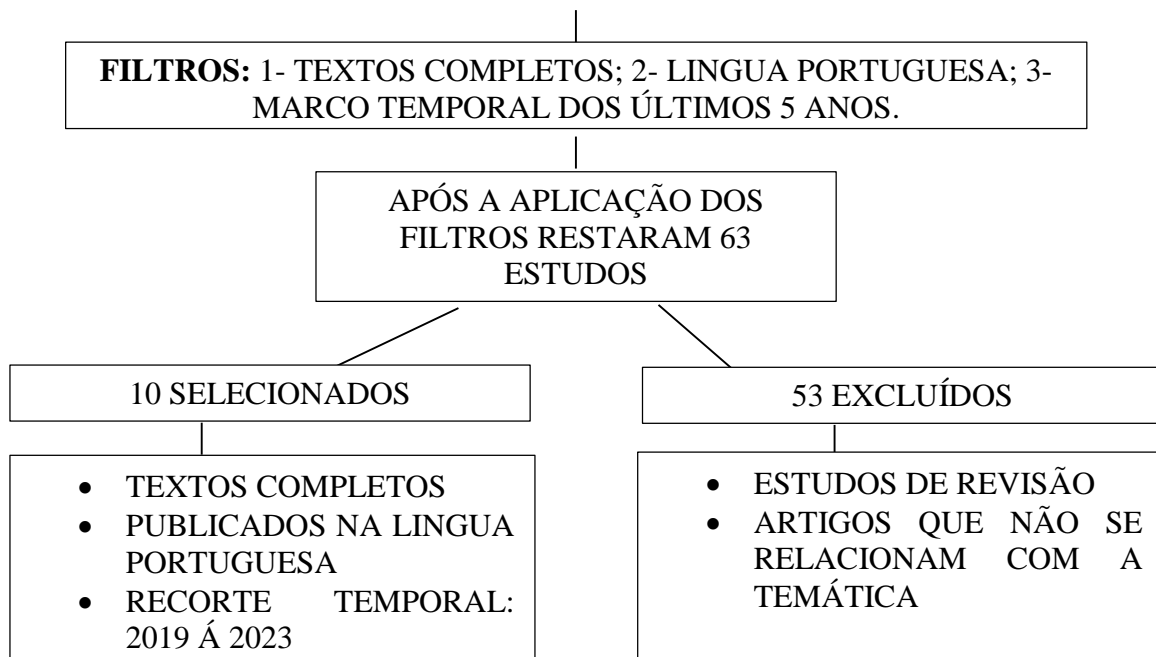
Os critérios de exclusão baseiam-se: Estudo de revisão, artigos que não se relacionam com a temática.

Fundamenta-se a escolha inicial para inserção de artigos o marco temporal acontecido no ano de 2019. Pois, neste respectivo ano houve uma reportagem no site do Senado Brasileiro destacando as *fake news* como uma ameaça a cobertura vacinal. Acrescenta-se a esse contexto o cenário pandemico que devido à um processo célebre a produção de imunobiológicos causou a inquietação e a desconfiança da população acerca da legitimidade e eficiência da vacina.

O processo de busca por artigos ocorreu de acordo com o fluxograma que consta na figura 1.

Figura 1- Fluxograma de cruzamento dos dados e seleção dos estudos para a RIL.





4.5 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nessa pesquisa será utilizado como instrumento de coleta o formulário URSI (ANEXO A). Esse instrumento visa oferecer uma maior fidedignidade para as informações do estudo e diminuir erros (URSI, 2005).

4.6 ANÁLISE, ORGANIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os resultados da pesquisa serão primeiramente organizados pela sumarização dos resultados através de um quadro síntese. Esse quadro será formado para apresentar as seguintes características: Título; Ano de publicação; Objetivo; Local do estudo e Resultados. Bardin (2011) sugere que os estudos alcançados por meio da investigação bibliográfica estarão sujeitos à uma análise de conteúdo. Essa análise baseia-se em três fases, sendo elas:

1º Fase: Pré- análise ou fase organizacional. Nela acontece o primeiro contato com o material que estará sujeito a análise. Ocorre também a exploração do texto através da leitura “flutuante”.

Essa fase caracteriza-se por conter quatro regras: 1- Exaustividade; 2- Representatividade; 3- Homogeneidade; 4- Pertinência.

2º Fase: Exploração organizacional. Nela acontece a seleção, categorização e classificação dos estudos para facilitar a quantidade de informações. Tem intuito de associá-las, compará-las e ordená-las conforme seus acontecimentos.

3º Fase: Tratamento dos resultados. Nela, o pesquisador visa a validação dos resultados de maneira contínua e coerente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS ESCOLHIDOS

Os resultados da RIL viabilizam a realização de um quadro-síntese (quadro 6) em que apresenta-se a sumarização dos dados bibliométricos quanto a: título, ano de publicação, autores, objetivo, local de estudo e resultados.

Quadro 6 - Variáveis bibliométricas dos estudos incluídos para análise.

CÓDICO	TÍTULO	AUTORES/ANO	OBJETIVO	LOCAL	RESULTADOS
A1	O debate sobre vacinas em redes sociais: uma análise exploratória dos links com maior engajamento.	MASSARANI; LEAL; WALTZ, 2020.	Investigar as interações e envolvimento nas redes sociais em relação à vacinação.	Rio de Janeiro, Brasil.	Os resultados mostram variados temas abordados. Nos de maiores engajamentos percebe-se uma predominância de posicionamentos a favor da vacinação. Porém, foram ainda encontrados discussões sobre a veracidade, incluindo <i>fake news</i> .
A2	<i>Fake news</i> e vacinas na era “pós-verdade”	DRESCH <i>et al.</i> , 2020.	Analisar o texto sobre <i>fake news</i> correlacionado com a vacinação. Ainda,	Brasília, Brasil	Ressalta que a hesitação não é uma coisa nova, que já aconteceu anteriormente. Mostra que profissionais da atenção básica são

			ressaltar a importância para a regulação de notícias no campo da saúde.		capazes de reverter esse cenário por meio do diálogo e informações confiáveis.
A3	Narrativa sobre vacinação em tempos de fake news: um análise de conteúdo em redes sociais	MASSARANI <i>et al.</i> , 2021.	Explorar os links mais engajados, buscando entender como as informações sobre vacinas estão sendo consumidas e compartilhada nas redes sociais.	São Paulo, Brasil.	Destaca-se a importância de promover acesso confiável sobre vacinação nas redes sociais.
A4	Discurso antivacina no Youtube: a medicação de influenciadores	BROTAS <i>et al.</i> , 2021.	Mostrar a necessidade de um maior investimento na comunicação para que desconstruam as informações falsas nos vídeos antivacinas.	Rio de Janeiro, Brasil.	Ressalta a necessidade de comunicação mais efetiva.
A5	Quem é de direita toma cloroquina,	ARNDT <i>et al.</i> , 2021.	Investigar a propagação de	São Paulo, Brasil.	Mostra uma complexidade de desinformação durante a pandemia,

	quem é de esquerda toma... Vacina”		desinformação durante a pandemia de covid-19 no Brasil, explorando o contexto social e político do país.		destacado pelo discurso políticos do então presidente na época, Jair Bolsonaro.
A6	Narrativa antivacinas e a crise de confiança em algumas instituições	COSTA; SILVA, 2022.	Avaliar as postagens antivacinas na rede social <i>Facebook</i> no ano de 2020.	Rio de Janeiro, Brasil.	Uma ampla desconfiança e questionamento sobre a eficácia e segurança.
A7	Desordens informativa: análise de pronunciamento de Jair Bolsonaro contra a vacinação de covid-19	MOTA; PIMENTEL; OLIVEIRA, 2023.	Compreender como falas falsas podem influenciar a desconfiança quanto a vacina contra a Covid-19.	Rio de Janeiro, Brasil.	Revelar falas desinformativas do então presidente na época, Jair Bolsonaro, acerca da vacinação contra a Covid-19.
A8	O discurso antivacina no ontem e no hoje: a Revolta da Vacina e a pandemia da covid-	ROSA; BARROS; LAIPELT, 2023	Perceber e explorar dados históricos e ideológicos das falas antivacinas no país.	Rio de Janeiro, Brasil.	Que ocorra a sobrelevação da separação que existe entre sociedade e comunidade científica. Requerendo informações acessíveis a todos.

	19, uma abordagem a partir da Análise do Discurso				
A9	Vacinas e desinformação: uma análise de conteúdo sobre fake news apuradas por plataformas de debunking em redes sociais	D'ALMONTE; SIQUEIRA, SILVA, 2023.	Averiguar como os discursos antivacinas são formados e lançados nas redes sociais.	Rio de Janeiro, Brasil.	Uma maior necessidade de medidas eficazes para o combate à desinformações sobre as vacinas.
A10	Pela reconquista das altas coberturas vacinais	HOMMA <i>et al.</i> , 2023.	Mostrar que junto com os profissionais de saúde existe a possibilidade de reversão das baixas coberturas vacinais.	São Paulo, Brasil.	Um impacto positivo nas campanhas de vacinação contra poliomielite.

Fonte: Criação própria, 2024.

Nos estudos dispostos atentou-se para uma abordagem investigativa no cenário da vacinação. De maneira genérica, as pesquisas abordam formas de como os profissionais de enfermagem auxiliam a reverter as baixas demandas vacinais e revelam a motivação por trás dos baixos índices vacinais (HOMMA *et al.*, 2023).

Os objetivos abordados visam explorar e descobrir a motivação da população para não estarem se vacinando. Busca também explorar seus motivos e influências por trás dessa decisão (D'ALMONTE; SIQUEIRA; SILVA, 2023).

Os métodos de estudos selecionados são de abordagem qualitativa. Onde estão inseridos para a investigação baseando-se em trabalhos científicos, sendo todos de território nacional, sendo eles: 06 do Rio de Janeiro, 03 de São Paulo e 01 de Brasília (MASSARANI *et al.*, 2021).

A partir das pesquisas observou-se a importância e relevância dos profissionais de enfermagem. Onde, a classe atua em diversas áreas como, educação em saúde, conscientização, rastreamento e acompanhamento das vacinas.

5.2 CATEGORIZAÇÃO TEMÁTICA

A partir de uma análise do conteúdo elaborou-se a base teórica dos estudos. A análise permitiu a elaboração de 2 categorias, sendo elas: Influência das *fake news* na vacinação e Influência política partidária na cobertura vacinal da COVID-19.

5.2.1 Categoria 1 – Influência das *fake news* na vacinação.

No estudo A1, constatou-se que a vacinação é um dos principais meios para a execução da saúde pública. Atuando no controle e erradicação de inúmeras patologias e, protegendo a população. Porém, na última década ocorreu um aumento da desconfiança populacional, fazendo com que a população não se vacine mais. Essa atitude da não vacinação caracteriza-se como uma das dez ameaças à saúde pelo mundo, podendo acarretar diversos malefícios como o reaparecimento de doenças já controladas (MASSARANI; LEAL; WALTZ, 2020).

Junto com a desconfiança populacional, a hesitação vacinal seja por motivos filosóficos, religiosos ou políticos, traz à tona diversas pessoas não estão mais sendo vacinadas. Aumentando os índices e trazendo de volta doenças já erradicadas no passado como, caxumba, rubéola e sarampo. Posterior a isso, observa-se nos últimos anos junto com os acessos a mídias sociais, que esse grupo antivacinas vem ganhando mais forças e membros. Afirmando-se as notícias falsas disseminadas como uma das principais causas das epidemias de doenças imunopreveníveis (MACHADO *et al.*, 2020).

Para as pessoas que participam desse movimento, acredita-se que as vacinas são algo dispensáveis, pois com o tempo irão simplesmente desaparecer. Porém, o ser humano é colocado no centro dessa decisão, fazendo com que haja um problema de saúde pública (TEIXEIRA; COSTA, 2020).

A partir disso, uma das principais causas do aumento da desconfiança populacional e da recusa vacinal foram as *fake news* (fraude das informações das plataformas sociais e tecnologias digitais). Onde elas são consideradas como a principal causa da hesitação vacinal (D'ALMONTE; SIQUEIRA, SILVA, 2023).

Considerando que as vacinas são dispostas pelo governo gratuitamente, o não atingimento das metas vacinais torna-se um problema de saúde pública no país. Tendo esse problema que ser estudado e buscar soluções eficazes para evitar o ressurgimento de doenças já erradicadas anteriormente no Brasil. O sarampo, por exemplo, vem aumentando gradativamente desde 2018, somando mais de 10.326 casos confirmados naquele ano de uma doença já erradicada em 2016 (MACHADO *et al.*, 2020).

O Programa Nacional de Imunização (PNI) relata que o não atingimento das metas vacinais de 95% da cobertura vacinal implica diretamente nas quantidades de casos confirmados da doença. Sendo a recusa vacinal, reforçada pelas *fake news* nos meios digitais, o principal agravante desse problema (MACHADO *et al.*, 2020).

Corroborado com isso, percebe-se que não é de hoje que a população lida com as *fake news*. Com a crescente midiatização digital aumentou-se a cobertura e a propagação de inverdades, sendo apenas considerações fundadas em crenças e opiniões pessoais sem nenhum embasamento científico. Fazendo com que essas notícias infundadas atinjam um novo patamar, resultando em fatos enganosos para a população, gerando assim, grandes riscos para a sociedade na qual estão inseridas (DRESCH *et al.*, 2020).

Mediante ao estudo A3, retrata-se como as *fake news* podem recair no cotidiano. Trazendo consigo malefícios para o indivíduo em si e para a sociedade em que está inserido. Pois, junto com sua decisão de não se vacinar podem acabar trazendo pontos negativos para o meio como, volta de doenças já erradicadas e aumento da mortalidade infantil (MASSARANI *et al.*, 2021).

Desde a época de 1990, as coberturas vacinais infantis no país estavam acima de 95%. Porém, durante o ano de 2016 essa cobertura vacinal diminuiu em cerca de dez a vinte pontos percentuais. Esse efeito inesperado trouxe consigo o aumento da mortalidade materna e infantil e também epidemias nacionais, como a do sarampo em 2018 nos estados de Roraima e Amazonas. Chegando essa epidemia a ocasionar 1500 casos confirmados nos primeiros oito meses do ano (SATO, 2018).

Relacionado a isso, no ano de 2017 o Sistema Nacional de Vigilância do Programa Nacional de Imunização reportou a diminuição da cobertura vacinal da BCG, poliomielite e tríplice viral. Onde sua cobertura média vacinal correspondia a 81,1% para a BCG, 91% para a poliomielite e 77,1% para a tríplice viral. Essa situação gerou grande preocupação para as autoridades sanitárias brasileiras, pois por conta da diminuição da vacinação existe-se a possibilidade do ressurgimento de doenças já controladas ou superadas, como foi o caso da coqueluche, sarampo, caxumba e rubéola (ARROYO *et al.*, 2020).

Junto com as *fake news*, a hesitação vacinal da população antivacina conecta-se com outros

fatores como, medo e insegurança em relação à vacina e desconfiança no sistema de saúde e na indústria que a produz. Ainda que haja consensos científicos benéficos sobre a vacinação, o movimento antivacinas no Brasil continua a crescer, porém, com um agravante: a velocidade de circulação nas mídias digitais, fazendo com que esse agravante traga consigo novos usuários (BROTAS *et al.*, 2021).

Nesse sentido, a Atenção Primária a Saúde (APS) como porta de entrada aos serviços de saúde, requerem que haja práticas em educação em saúde mais efetivas. Visando assim, um cenário de maior promoção a saúde e prevenções de doenças imunopreveníveis. Onde nesse cenário, o enfermeiro dispõem do protagonismo fundamental para essas práticas com foco na vacinação. Ideando por meios de estratégias educacionais e diálogos cientificamente comprovados uma escuta cuidadosa a respeito dos contrapontos populacionais dos grupos antivacinas (FALKENBERG *et al.*, 2013).

Nas mídias digitais discursos antivacinas circulam desde meados de 2004, quando os blogs ficaram em evidência. Pessoas e grupos trocam informações, experiências, publicam e compartilham conteúdos acerca da temática fortalecendo suas ideias e crenças. Assim, cresce o número de ativistas antivacinas nas mídias digitais, fazendo com que essa midiatização se torne um ato social. Esses autores midiáticos evidenciam suas narrativas em incertezas científicas, questões ewpmorais, liberdade individual e aspectos ambientais e socioculturais (BROTAS *et al.*, 2021).

Consequentemente, após numerosas denúncias envolvendo as *fake news* e os problemas de saúde pública que elas podem acarretar no meio, em 4 de julho de 2019 foi sancionada a Lei nº 13.834 que ficou conhecida como a Lei das *Fake News*. Ela prevê que quem compartilhar notícias falsas comprovadas poderá pegar de dois a oito anos de prisão (DRECHE *et al.*, 2020).

Posterior a isso, nos últimos anos, a assiduidade de discursos políticos negacionistas conservadores tem sido um fenômeno que aguça a atenção de diversos estudiosos, pois, esses estudiosos procuram esclarecer suas ideologias e discursos nos quais estão pairando sobre a política brasileira influenciando na vacinação do público (ALMADA, 2021).

Formado por grupos de extrema-direita, o negacionismo pode ser entendido como uma manipulação política da história que tem por finalidade eximir a culpa dos causantes dos atos e apagar fatos da história. Esses grupos buscam formar sua identidade por meio da linguagem política a partir dos aprimoramentos e mobilizações de elementos negacionistas (ALMADA, 2021).

Visto isso, tem-se o contexto pandêmico da COVID-19 que foi uma época de grande hesitação vacinal, principalmente por parte dos negacionistas. Marcado por um período de incertezas, os públicos ainda se apresentavam receosos em relação a vacina, pois tinha medo de suas reações adversa no organismo e não tinham tantos conhecimentos acerca dela por ser algo novo (ARNDT *et al.*, 2021).

Contraponto a isso, não ocorreram coordenação do Governo Federal, visto que para o próprio presidente de direita na época, Jair Bolsonaro, as mortes por COVID-19 eram algo insignificantes. Essa falta de coordenação fizeram com que os Estados e Municípios adotassem suas próprias medidas

para lidarem com o enfrentamento da emergência sanitária (ARNDT *et al.*, 2021).

Mediante aos estudos citados percebeu-se as consequências que a ausência da vacinação e os grupos negacionistas podem causar no meio. De modo geral, essa categoria trouxe consigo a importância da vacinação como estratégia de saúde pública para prevenir e erradicar doenças. Porém, com a disseminação alastrada de *fake news*, a hesitação vacinal aumentou.

A amostra destaca o papel da Atenção Primária a Saúde e o papel que o enfermeiro (a) podem exercer na vacinação e na educação em saúde para um maior combate contra a hesitação vacinal.

Por fim, enfatiza-se a falta de coordenação governamental federal, mostrando um aumento da hesitação vacinal no contexto pandêmico da COVID-19. Expõe como o impacto de discursos políticos negacionistas influenciam nas ações do público em relação as vacinas.

5.2.2 Categoria 2 - Influência política partidária na cobertura vacinal da COVID-19.

No início do século XX, havia um receio generalizado por parte da população sobre as vacinas disponibilizadas pelo governo na época. A população acreditava que as vacinas tinham o intuito de eliminar as camadas brasileiras mais pobres. Atualmente isso não é tão diferente, pois a questão das vacinas contra a COVID-19 também marcou um período de falsas alegações e teorias da conspiração, especialmente entre os anos de 2020 e 2022. As alegações envolviam ideias de que os imunizantes continham microchips para monitorar as pessoas e ideias de que as vacinas poderiam alterar o código genético das pessoas (ROSA *et al.*, 2023).

Visto isso, mesmo com uma história de sucesso do PNI, o Brasil encarou um grande desafio para imunizar a população. Alinhado ao comportamento de extrema direita, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, mostrou-se em um discurso desestimulador acerca da vacinação para com a população (PEIXOTO; LEAL; MARQUES, 2022)

Mesmo antes de ser eleito, Bolsonaro já aderiu a uma eloquência deslegitimada em relação ao avanço da ciência. No ano de 2020, quando a pandemia da COVID-19 se instaurou, o ex-presidente foi um dos responsáveis principais para a construção coletiva de uma desconfiança populacional acerca da vacinação contra o vírus (ROSA *et al.*, 2023).

Como forma de manutenção dos grupos de extrema direita, costuma-se eleger uma série de inimigos simbólicos de baixo custo informacional. No Brasil, durante o mandato de Bolsonaro, os grupos escolhidos foram os de esquerda e os grupos que iam a favor dos discursos do Supremo Tribunal Federal. E durante a pandemia, foi de escolha como alvo a OMS, a China e a ciência (ROSA *et al.*, 2023).

Como forma direta de comunicação com seus apoiadores, Bolsonaro fazia uso de suas redes sociais, entrevistas e pequenas coletivas de imprensa, sendo esses os principais métodos de divulgação usados durante o período pandêmico. Em seus discursos, o ex-presidente defendia o tratamento precoce com antimaláricos, relatando que com seu uso os índices de hospitalização e

mortalidade iriam diminuir, porém, essas informações não continham nenhum amparo científico (PEIXOTO; LEAL; MARQUES, 2022).

Tentando seguir as recomendações da OMS, o então ministro da saúde na época, Luiz Henrique Mandetta entrou em divergências com o então presidente. O ex-presidente, que diminuía a gravidade do vírus, afirmava que a economia no país não podia parar por conta de um vírus. Sendo esse discurso negacionista alinhado diretamente a narrativa do ex-presidente dos EUA, Donald Trump, que culpava a China e a OMS de colocar a saúde de todos em risco (ARAÚJO *et al.*, 2023).

A partir disso, com a expansão da COVID-19 pelo país, ocorreu-se um desequilíbrio no Ministério da Saúde, tendo mudanças constantes de ministros. Esse desequilíbrio ocorrido provocou embates diretos nas formulações de diretrizes para o enfrentamento da pandemia. Pelas baixas funções e incapacidade de coordenação de Jair Bolsonaro, houve-se malefícios para o enfrentamento da pandemia no país (ARAÚJO *et al.*, 2023).

Referente a questões estatais, quanto a ações para minimizar os efeitos da pandemia, evidencia-se a ineficácia proposital do governo. Perante omissões do governo, o Senado Federal iniciou a Comissão Parlamentar de Inquérito, visando investigar o governo federal. Essa comissão trouxe para o conhecimento público que ofertas de vacinas foram feitas ao país, mas ficaram sem resposta por parte do governo. Posterior a isso, o diretor do instituto Butantan revelou que houve um retardo na compra da vacina CoronaVac pelo governo pelas declarações de Bolsonaro (PEIXOTO; LEAL; MARQUES, 2022).

O Tribunal de Contas da União, que se caracteriza em outro órgão de fiscalização e controle, expos erros do governo federal no enfrentamento da pandemia. Ressaltou que o governo federal não efetuou seu papel no embate contra a COVID-19. Decorrente a isso, o governo Bolsonaro ainda vetou um instrumento da Lei de Diretrizes Orçamentarias que tinham por responsabilidade prever o aumento de 50% da verba de recursos para a batalha contra a pandemia (PEIXOTO; LEAL; MARQUES, 2022).

Outro fato existente, ocorreu em outubro de 2020. Quando o Ministério da Saúde, que tinha gestão de João Doria (opositor político do ex-presidente da república), anunciou a compra de 46 milhões de doses da vacina CoronaVac. Porém, um dia após o anúncio, o então presidente Bolsonaro veio a público anunciar o cancelamento da compra, pois alegava que a pandemia estava diminuindo e a população não tinha interesse na vacina. Esse episódio reativou o debate público relacionado a obrigatoriedade da vacinação contra a COVID-19 e outras doenças (MOTA; PIMENTEL; OLIVEIRA, 2023).

Corroborado a isso, o movimento negacionista, que antes estava esquecido nos debates políticos, veio à tona novamente. Esse movimento foi posto como protagonista do governo bolsonarista, porém, de forma irresponsável. Esse protagonismo negacionista gerou situações negativas para o meio, fazendo o público tomar atitudes e decisões sem bases cientificamente comprovadas. Fazendo com que os anos de governo bolsonarista ficasse conhecido como contrário a

obrigatoriedade da vacinação contra o vírus da COVID-19 (ROSA; BARROS; LAIPELT, 2023).

Ligado a esse movimento, tem-se a questão da obrigatoriedade vacinal. No passado, no contexto da Revolta da Vacina, era imposto e forçado pelo governo a vacinação para a população. Porém, na atualidade do contexto pandêmico, não foi imposto a obrigatoriedade da imunização, mas sim uma busca acerca da conscientização do público sobre a importância da vacinação. Contudo, o governo Bolsonaro e seus aliados políticos usaram desse passado da obrigatoriedade para formar novas *fake news*, propagando para a população a ideia de perda da liberdade do indivíduo, gerando desconfiança na sociedade (MOTA; PIMENTEL; OLIVEIRA, 2023).

A partir disso, tem-se a formação de discurso antivacina. Usando argumentos baseados na filosofia e religião, Bolsonaro e seus apoiadores difundiram dúvidas sobre os imunizantes na sociedade. Parte desses argumentos contavam com orientações médicas de médicos bolsonaristas, porém, não continham embasamento científico. Essa disseminação de inverdades causou medo e pavor na população relacionado à vacina contra a COVID-19, o que os desestimulavam ainda mais à aceitação do imunizante contra a COVID-19 (ROSA; BARROS; LAIPELT, 2023).

Referente aos estudos citados identificou-se as consequências da influência política na imunização da população no contexto pandêmico. De modo geral, essa categoria traz consigo evidências de como a influência político partidária induz tomadas de decisões da população acerca dos imunizantes contra a COVID-19.

A amostra destaca o papel que o governo bolsonarista exerceu durante seu mandato e com a sociedade no contexto da pandemia. Evidenciando suas falas e ações mediante o contexto.

Por fim, salienta-se a necessidade do provimento da verdade e transparência com a população. O governo em si deve pensar na população como um todo, priorizando seu bem-estar acima de interesses políticos e ideológicos, combatendo assim a desinformação.

Além disso, deve-se fortalecer as instituições de controle e fiscalização de informações fornecidas para o meio, visando trazer respostas fidedignas e éticas para a saúde pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção desta Revisão Integrativa da Literatura, pode-se compreender que os objetivos apontados foram obtidos. A análise da produção científica baseou-se no aprofundamento teórico e metodológico sobre a baixa adesão da população as práticas de vacinação.

As evidencias apontam que a classe da enfermagem possuem do protagonismo para a execução do Programa Nacional de Imunização (PNI) na Atenção Primaria a Saúde. Pois a partir de diálogos cientificamente comprovados e estratégias educacionais possui-se uma maior chance de atingir públicos que não acreditam na legitimidade das vacinas.

Ademais, foi possível identificar que apesar dos enfermeiros possuírem competências para a vacinação, ainda enfrentam desafios para a consolidação desse processo de forma mais efetiva. Dentre os desafios destacam-se as *fake news*, o negacionismo científico e a influência político partidária.

Com o debate na literatura, os grupos temáticos elaborados fortalecem a necessidade de uma maior atenção a esses fenômenos que recaem no cotidiano, visando a minimização do impacto na saúde da população. A enfermagem possui condições de protagonismo nesse contexto, pois junto com a Atenção Primaria a Saúde, fazem parte da porta de entrada para a vacinação.

Dessa forma, para enfrentar a hesitação vacinal e mitigar os efeitos das *fake news* e dos discursos negacionistas, sugere-se: educação em saúde com a população, um combate mais árduo contra as *fake news* com monitoramento e verificação das informações dispostas no meio e, políticas públicas de saúde mais efetivas, implementando normas para que as famílias mantenham a carteira de vacinação sempre em dias.

REFERÊNCIAS

AGNES, A.; SIDIANY MENDES PIMENTEL; VIEIRA, A. Desordens informativas: análise de pronunciamentos de Jair Bolsonaro contra a vacinação de covid-19. **Reciis**, v. 17, n. 2, p. 311–331, 30 jun. 2023.

ALMADA, P. E. R. O NEGACIONISMO NA OPOSIÇÃO DE JAIR BOLSONARO À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, 2021.

ARROYO, L. H. et al. Áreas com queda da cobertura vacinal para BCG, poliomielite e tríplice viral no Brasil (2006-2016): mapas da heterogeneidade regional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1.ed- São Paulo: Edições:70, 2011.

BENÍCIO PINTO, L. et al. Vacinação em tempos de fake news: um olhar sobre a literatura. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 10, n. 59, p. 4255–4271, 9 dez. 2020.

BROTAS, A. M. P. et al. Discurso antivacina no YouTube: a mediação de influenciadores. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 15, n. 1, 22 mar. 2021.

CARUSO, F.; MARQUES, A. J. Ensaio sobre o negacionismo científico em tempos de pandemia. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, p. e82101119538, 23 ago. 2021.

COSTA, T. D. A.; SILVA, E. A. DA. Narrativas antivacinas e a crise de confiança em algumas instituições. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 16, n. 2, 30 jun. 2022.

D'ALMONTE, E. F.; SIQUEIRA, E. L.; SILVA, G. DE A. E. Vacinas e desinformação: uma análise de conteúdo sobre fake news apuradas por plataformas de debunking em redes sociais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 17, n. 3, 29 set. 2023.

DOS SANTOS BESERRA NOGUEIRA, R. A. et al. A REVOLTA DA VACINA E SEUS IMPACTOS. **Científic@ - Multidisciplinary Journal**, v. 8, n. 2, p. 1–10, 18 nov. 2021.

DOMINGUES, C. M. A. S. et al. Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 28, p. e20190223, 3 out. 2019.

DOMINGUES, C. M. A. S. et al. 46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. suppl 2, 2020.

FALKENBERG, M. et al. OPINIÃO OPINION. [s.d.].

FREIRE, N. P. et al. A infodemia transcende a pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4065–4068, 27 set. 2021.

GERBASI, N. T. O. D.; DORNELES, S. L.; MAIA, M. E. Políticas públicas de acesso à informação em saúde: análise sob o viés da Arquivologia. **Em Questão**, v. 29, p. e, 27 nov. 2023.

GILMARA, J. et al. v. 21, p. 608–626, 2021.

HARAKI, C. A. C. Estratégias adotadas na América do Sul para a gestão da infodemia da COVID-19. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 45, p. 1, 12 maio 2021.

HENRIQUES, C. M. P. A dupla epidemia: febre amarela e desinformação. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 12, n. 1, p. undefined–undefined, 2018.

HOMMA, A. et al. Pela reconquista das altas coberturas vacinais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00240022, 7 abr. 2023.

LOUZEIRO, E. M. et al. A importância da vacinação em gestantes: uma revisão sistemática da literatura no período de 2003 a 2012. **Revista Interdisciplinar**, v. 7, n. 1, p. 193–203, 30 abr. 2014.

MASSARANI, L.; LEAL, T.; WALTZ, I. O debate sobre vacinas em redes sociais: uma análise exploratória dos links com maior engajamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. suppl 2, 2020.

MASSARANI, L. et al. Narrativas sobre vacinação em tempos de fake news: uma análise de conteúdo em redes sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, 2021.

PAULUS JÚNIOR, A. et al. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL
PUBLIC HEALTH POLICIES IN BRAZIL. **Revista Espaço para a Saúde**, n. 1, p. 13, 2006.

PETRAGLIA, T. C. DE M. B. et al. Falhas vacinais: avaliando vacinas febre amarela, sarampo, varicela e caxumba. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. suppl 2, 2020.

PENAFORTE, T. R. O negacionismo enquanto política: o debate da cloroquina em uma comissão parlamentar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 7, 2021.

PINTO, L. B. et al. Implicações das fake news nas práticas de vacinação: relatos produzidos pela equipe de enfermagem. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e575101018997–e575101018997, 19 ago. 2021.

MALLMANN, D. G. et al. Educação em saúde como principal alternativa para promover a saúde do idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1763–1772, jun. 2015.

MARQUES, R.; RAIMUNDO, J. A.. O NEGACIONISMO CIENTÍFICO REFLETIDO NA PANDEMIA DA COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 7, n. 20, p. 67–78, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5148526. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/410>. Acesso em: 8 maio. 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758–764, dez. 2008.

NEUFELD, P. M. A Revolta da Vacina. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, v. 53, n. 4, 2021.

NOGUEIRA, Bárbara Aparecida et al. A volta de doenças erradicadas no Brasil devidos aos baixos índices de imunização. *Revista projeto extencionistas [online]*. 2022.

PANDRANOV, C. C; FREITAS, C. E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ed-, Rio Grande do Sul, 2013.

PAIM, JS. Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. 356 p

PEIXOTO, V. DE M.; LEAL, J. G. R. P.; MARQUES, L. M. O impacto do bolsonarismo sobre a cobertura vacinal contra a Covid-19 nos municípios brasileiros. 2 jun. 2023.

PINTO, L. B. et al. Implicações das fake news nas práticas de vacinação: relatos produzidos pela equipe de enfermagem. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e575101018997–e575101018997, 19 ago. 2021.

RAMOS, T. Avaliação da cobertura vacinal da Poliomielite nos estados da região sul, com foco no município de Pato Branco, entre os anos de 2009-2019. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**. Umuarama. v. 26, n. 3, p. 288-300, Set./Dez. 2022.:

ROSA, S. S. DA; BARROS, T. H. B.; LAIPELT, R. DO C. F. O discurso antivacina no ontem e no hoje: a Revolta da Vacina e a pandemia da covid-19, uma abordagem a partir da Análise do Discurso. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 17, n. 3, 29 set. 2023.

TEIXEIRA, A.; SANTOS, R. D. C. Fake news colocam a vida em risco: a polêmica da campanha de vacinação contra a febre amarela no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 1, 31 mar. 2020.

LUÍS, F. et al. RECUSA VACINAL E O IMPACTO NO RESSURGIMENTO DE DOENÇAS ERRADICADAS VACINAL REFUSAL AND THE IMPACT ON RESURGENCE OF ERADICATED DISEASES. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research -BJSCR BJSCR**, v. 32, n. 1, p. 2317–4404, 2020.

SATO, A. P. S. Pandemia e coberturas vacinais. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 115, 15 dez. 2020.

SATO, A. P. S. What is the importance of vaccine hesitancy in the drop of vaccination coverage in Brazil? **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 96–96, 22 nov. 2018.

SILVA, G. M. et al. Desafios da imunização contra COVID-19 na saúde pública: das fake news à hesitação vacinal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 739–748, mar. 2023.

SOUSA, J. C. L. DE et al. REFLEXOS E RESULTADOS DO PNI DESDE SUA IMPLEMENTAÇÃO ATÉ O PRESENTE. **Científic@ - Multidisciplinary Journal**, v. 8, n. 2, p. 1–9, 18 nov. 2021.

SILVEIRA, L. R.; NÓBREGA, L. A. L. AVALIAÇÃO DA INCIDÊNCIA DA DOENÇA MENINGOCÓCICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP, APÓS A INTRODUÇÃO DA VACINA MENINGOCÓCICA C CONJUGADA PELO

PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES, DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **The Brazilian Journal of Infectious Diseases**, v. 26, p. 102160, jan. 2022.

SOUZA, M. T. DE; SILVA, M. D. DA; CARVALHO, R. DE. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102–106, mar. 2010.

VILELA, M. L.; SELLES, S. E. É possível uma Educação em Ciências crítica em tempos de negacionismo científico? **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1722–1747, 16 dez. 2020.

ANEXOS



**CURSO BACHARELADO EM ENFERMAGEM
ANEXO A – INSTRUMENTO ELABORADO POR URSI**

Identificação do artigo	Autores	Modelo de publicação	Descrição metodológica	Descrição da amostra
Intervenção analisada	Estudo dos resultados	Sugestões	Conclusões	